

# Governo procura compensar alta de juros

Ed Ferreira/AE

*Reunião com presidentes de bancos oficiais discutiu uso de dinheiro público para estimular crescimento*

**B**RASÍLIA – Preocupado com o impacto negativo das últimas medidas econômicas adotadas pelo governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mobilizou ontem parte de seu ministério e os representantes das instituições financeiras públicas para discutir medidas que possam ajudar a financiar a economia e reduzir o desgaste causado pelo aumento das taxas de juros. A reunião criou expectativas sobre a possibilidade de serem divulgadas novas ações para impulsionar a atividade econômica, mas, ao final das mais de quatro horas do encontro no Palácio do Planalto, nada de concreto foi anunciado.

Ao convocar ministros e presidentes de bancos federais, Lula instituiu uma espécie de fórum de financiamento público e desenvolvimento do governo. Um dos objetivos do grupo é desencadear a abertura de linhas de crédito, pelo BNDES, via Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, para diversos setores, atendendo principalmente a pequenas e médias empresas. O governo quer

mais resultados, com os mesmos recursos disponíveis.

Outra idéia é usar o dinheiro existente no orçamento da Caixa para financiar obras de saneamento básico de Estados e municípios. Além do efeito social, o presidente acredita que esta medida vai gerar empregos. Para este projeto não serão necessários novos recursos. A ordem é racionalizar a utilização das verbas. Ano passado, por exemplo, estavam disponíveis para investimentos em saneamento básico R\$ 1,4 bilhão, e apenas R\$ 19 milhões foram gastos.

A construção civil é outro setor da economia que merecerá atenção do governo, pela capacidade de gerar empregos. O Planalto quer que os bancos oficiais conversem mais entre si, para integrar as políticas de financiamento. Com isso, seriam evitadas superposições de ações.

**A**PENAS  
UMA NOTA  
GENÉRICA FOI  
DIVULGADA

Apesar de muitas medidas estarem sendo estudadas, apenas uma nota genérica foi divulgada pelo Planalto, informando que Lula orientou os presidentes do Banco do Brasil, Cássio Casseb, da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, e do BNDES, Carlos Lessa, a terem uma “ação coordenada e sinérgica com vistas a estimular o desenvolvimento da in-



*Lula no encontro com ministros e presidentes de bancos oficiais: 'ação coordenada e sinérgica'*

fra-estrutura econômica e social do País”.

“O presidente pediu também que essas instituições tenham particular atenção com o financiamento da pequena e média empresa, o apoio às cooperativas, o crédito à agricultura familiar, as obras de saneamento básico e habitação popular, fomento às exportações, o incentivo ao desenvolvimento regional e à geração de empregos”, diz o texto da nota oficial.

Da reunião participaram, além dos três dirigentes das

instituições, mais sete ministros: Antônio Palocci (Fazenda), Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento, Indústria e Comércio), Dilma Rousseff (Minas e Energia), Guido Mantega (Planejamento), Jaques Wagner (Trabalho), Luiz Gushiken (Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica), e Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência).

**Emergência** – Lula também mobilizou sua equipe para reagir às críticas contra a alta dos juros. Logo cedo, antes de um

café da manhã com o presidente e a economista Maria da Conceição Tavares no Palácio da Alvorada, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, garantiu que a política adotada pelo Banco Central (BC) é “transitória”. Informou ainda que o governo vai rever um conjunto de legislações, como a Lei de Falências e Garantias Fiduciárias, para reduzir os juros.

Segundo Dirceu, o País não pode conviver com altas taxas de juros, porque isso inviabiliza o desenvolvimento econô-

mico. Mas frisou que a medida adotada pelo BC é emergencial, para impedir a escalada inflacionária. “Acho que esse é um momento transitório. O País precisa impedir a retomada da inflação e se preparar para uma situação internacional mais grave. Mas o Brasil não pode conviver com essas taxas de juros”, declarou o ministro.

Dirceu disse ainda que o Banco Central é o “guardião da estabilidade”, mas frisou que o governo não ficará preso à política monetária. “Não podemos ficar apenas com a política do BC. O Brasil terá de equacionar as pressões das tarifas do setor público e das empresas que foram privatizadas e estão em colapso, como é o caso das empresas da área energética.”

Segundo ele, crescimento econômico não combina com altas taxas de juros e, por isso, o governo está trabalhando para realizar as reformas previdenciária e tributária para estabilizar a economia. Dirceu disse também que quem define a “equação crescimento e estabilidade” é o governo, e não o BC. “Quem tem de preparar o País para o desenvolvimento é o governo. Deve-se ter uma política de desenvolvimento econômico, aprovar as reformas, adotar uma política de financiamento público e fazer mudanças no sistema financeiro.” (Tânia Monteiro, Gilse Guedes e Leonêncio Nossa)